

O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em S. Paulo

Odilon Nogueira de MATOS

Do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Goiânia, o prof. Odilon Nogueira de Matos, da Universidade Católica de Campinas, apresentou o seguinte trabalho.

Não são comuns, ao contrário, são até bem raros na bibliografia brasileira os escritos de fazendeiros. Mesmo quando ocupando cargos públicos ou exercendo profissões liberais, dotados, portanto, de excelente lastro cultural, nossos homens de fazenda quase nada escreviam sobre assuntos agrícolas, que tivesse significado permanente. As vezes, páginas de circunstância aparecem, contudo, a testemunhar interesse por movimentos sociais e políticos, especialmente quando as duas conotações se confundem.

Uma das poucas exceções encontramos-la em Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, "inteligente e progressista lavrador campineiro", como as crônicas da época o definiam. Nascido em 1815, foi um dos pioneiros do trabalho livre na então Província de São Paulo, iniciando em 1852, um importante sistema de colonização na sua Fazenda Sete Quedas, no município de Campinas, fazenda que fora aberta por seu pai, outro "inteligente agricultor", o Tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral. Indaiatuba vinculou seu nome a outras importantes realizações na cidade de Campinas: o Colégio "Culto à Ciência", a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Mogiana, o Clube da Lavoura, a nova catedral, etc. Agradado com o título de Barão de Indaiatuba em 1876, elevado a Visconde em 1879, faleceu na sua cidade em 1884.

Uma nota de "O Jornal", do Rio de Janeiro, do dia 15 de outubro de 1927 (número especial comemorativo do bicentenário da introdução do café no Brasil), lembrava, em poucas linhas, que, para a consecução de seu ideal progressista na experiência campineira de trabalho livre, Indaiatuba "lutou com sérias dificuldades que uma legislação reacionária opunha à introdução de braços livres", e, também, "contra o espírito retardatário de alguns colegas agricultores que o imaginavam um utopista e um sonhador". Em 1870 foi pessoalmente à Europa angariar no Holstein os agricultores que viriam dar incremento à sua colônia. E depois de lembrar que o fazendeiro de Campinas estabeleceu, também, na sua propriedade, os mais avançados maquinismos agrícolas para o preparo do café, rematava o grande órgão da imprensa carioca: "é inútil dizer que os produtos de suas terras primavam pela excelência no mercado e que a Fazenda Sete Quedas tornou-se o ponto de convergência obrigatória de todos os homens de eminência que visitavam a cidade de Campinas, então o grande centro da lavoura do café.

Com efeito, ao ministro suíço von Tschudi, a Louis Couyt e a van de Laerne, entre outros, devemos importantes depoimentos sobre a Sete Quedas e o empreendimento de Indaiatuba. Tschudi chega a considerá-la "colônia exemplar", concluindo que se todas as propriedades do Oeste Paulista tivessem a sorte da fazenda do Visconde de Indaiatuba, bem outro seria o futuro da lavoura paulista. E isto, num momento em que o sistema de parceria, introduzido pelo Senador Vergueiro na sua Fazenda Ibicada (em Limeira) e seguido de perto pelo seu colega de Campinas, começava a apresentar os vícios derivados daquelas contradições que a profa. Emilia Viotti da Costa tão bem estudou em seu livro "Da senzala à colônia". E ainda esta mesma autora, sempre severa em julgar o relacionamento fazendeiro-colono no Oeste Paulista que, em vários passos de seu livro, abre sempre exceção a Indaiatuba, "que continuará a experiência do trabalho livre durante muitos e muitos anos, tornando-se um dos seus maiores defensores".

Ao Visconde de Indaiatuba, devemos importante de-

poimento sobre sua experiência de trabalho livre em Campinas. O texto integral do seu Memorandum pode ser encontrado no volume **Monografia histórica do Município de Campinas**, publicação coletiva promovida pela edilidade campineira, por proposta do prof. Francisco Ribeiro Sampaio, então vereador à Câmara de Campinas, volume este editado pelo IBGE em 1952. A feliz idéia de incluir o valioso texto do Visconde de Indaiatuba na referida publicação, partiu do historiador campineiro e um dos colaboradores da Monografia, Teodoro de Souza Campos Júnior que, em 1939, obteve uma cópia autêntica, por intermédio do Dr. Druso Pompeu do Amaral, neto do Visconde de Indaiatuba.

Afonso de E. Taunay que, em sua importante obra sobre a "História do café no Brasil", procurou utilizar todas as fontes (embora nem sempre, indicando-as) para a fundamentação de seu trabalho, dedica algumas páginas ao Memorandum do Visconde de Indaiatuba, transcrevendo, para maior ênfase, os tópicos que lhe pareceram mais expressivos (vol. VIII, págs. 99-105).

Tendo em vista que a mencionada publicação da câmara de Campinas, pela sua tiragem limitada, teve pouca divulgação, e que a própria obra de Taunay não é atualmente de acesso fácil, pareceu-nos oportuno chamar a atenção dos estudiosos (professores e estudantes) interessados na história do trabalho livre em nosso país, para o importante documento do fazendeiro de Campinas, um dos raros escritos de agricultores na nossa bibliografia, conforme lembramos.

Escrito depois de 1880, portanto já quase no fim de sua existência, o memorial de Indaiatuba refere-se, pois, a uma experiência de quase trinta anos, uma vez que a co-

lonização com braços livres foi iniciada na sua fazenda em 1852. O assunto parecia-lhe "o mais momentoso da atualidade, porque envolve as mais complicadas questões relativas à religião, entende com as boas finanças do Estado, porque estas prendem-se à prosperidade agrícola e, portanto, interessa muito de perto ao futuro do Brasil." Seu depoimento, tão singelamente sincero, tem notável valor testemunhal como documento dos primeiros anos da colonização, com base no café, de grande porção do Oeste paulista.

Apesar de todas as dificuldades, que descreve em seu Memorandum, Indaiatuba mostrou-se sempre confiante no trabalho livre, ao contrário de muitos outros fazendeiros que preferiram retornar ao trabalho escravo, quando surgiram os primeiros problemas sérios com relação à colonização européia. Problemas que derivam, sendo uma delas a necessidade de coexistência do trabalho livre e do trabalho escravo, num clima psicológico e social pouco favorável ao pleno desenvolvimento das colônias, especialmente por não serem propiciadas aos colonos as oportunidades que lhes permitissem, como esperavam, tornarem-se pequenos proprietários. Enfim, mudar o regime de trabalho sem mudar a estrutura sócio-econômica em que ele se apoiava, parecia também uma contradição.

As dificuldades foram de várias ordens: 1) com outros fazendeiros, excessivamente conservadores, e, principalmente, 2) com as autoridades consulares estrangeiras. Estas, quase puderam a perder seu trabalho noutra fadenda de sua propriedade, no município de Amparo, não longe de Campinas. As interferências dos cônsules alemães de Campinas, ou de autoridades italianas (pois na colônia de Amparo o maior número era de tirolezes e lombardos)

levaram-no em mais de uma ocasião a solicitar sindicâncias para as suas fazendas, as quais demonstraram sempre a improcedência das acusações que lhe eram assacadas.

Por fim, acabou desanimado, o seu Memorandum conclui com um patético e desesperado apelo às autoridades do Império. Na realidade, o que Indaiatuba preconizava eram duas medidas, a seu ver, indeclináveis: 1) exigir o governo brasileiro, dos ministros estrangeiros residentes no Brasil, a cessação completa de toda intervenção indébita dos cônsules e seus agentes, no tocante à economia das colônias; e 2) verba suficiente com a qual se pudesse fazer face a todas as despesas necessárias para promover e desenvolver verdadeira corrente de imigração. Delas adviriam duas consequências: o lavrador ficaria livre da ingerência estrangeira e, na abundância de braços livres, se animaria a ensaiar uma reforma no sistema de trabalho, sem o qual pouco poderia progredir a lavoura paulista.

Note-se, contudo, que a tenacidade de Indaiatuba levou-o a prosseguir com a experiência de Sete Quedas até o fim da vida. Num certo momento, parece ter-se arrependido do sistema de parceria, que tanto o entusiasmou no início, mas que estava gerando descontentamento em numerosas colônias do Oeste de São Paulo, embora não na sua. Certos pormenores que tornavam difícil o relacionamento fazendeiro-colono nas demais fazendas, o lavrador de Campinas sabia superar e, com isso, tornar a vida e o trabalho dos colonos bem mais tranquilos que em outras fazendas. Isto é, pelo menos, o que se deduz dos testemunhos de algumas pessoas de destaque, do Brasil ou de fora, que tiveram ocasião de visitar sua fazenda. Entre os estrangeiros, já lembramos os depoimentos de Tschudi e de Couty.

